UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL SOARES TORRES

**O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no
Brasil: uma análise de vetores autorregressivos**

São Paulo

2021

RAFAEL SOARES TORRES

**O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no
Brasil: uma análise de vetores autorregressivos**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Carla
Decaro Schettini

Versão simplificada

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações
Internacionais

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Torres, Rafael Soares

O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no Brasil:
uma análise de vetores autorregressivos / Rafael Soares Torres ; orientadora:
Daniela Carla Decaro Schettini. – São Paulo, 2021.
104 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade
de São Paulo, São Paulo, 2021.

1. Política externa brasileira 2. Política econômica 3. Investimento externo
direto 4. VAR 5. VEC I. Schettini, Daniela Carla Decaro, orient. II. Título.

CDD – 327.81

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pode ser realizado pela ajuda de diversas pessoas, que me apoiaram de forma constante e incondicional desde a primeira intenção que tive de realizar este curso.

Agradeço primeiramente à minha família, que me deram suporte, carinho e motivação para terminar uma tarefa desta magnitude. Obrigado por tudo, Edmilson, Nadir, Patrícia, Eduardo, Vitor, Thiago, Henrique e Arthur. A conclusão deste título se deve em grande parte a vocês.

Agradeço em especial à minha namorada Stephanie, que foi meu maior arrimo emocional e social em todo esse caminho difícil, especialmente em um momento tão crítico. Obrigado pelo seu amor. Obrigado por me motivar a ser melhor do que achei que podia ser, por estar do meu lado em todos os momentos, e por ser minha parceira de vida e de alegrias. Eu amo você.

Agradeço também a todos os grandes amigos que fiz durante o curso, cujos nomes são muitos para colocar neste texto, e que me auxiliaram com conhecimento técnico, com experiências de vida, com camaradagem e gostosas risadas. A amizade de vocês é o bem mais valioso que levo desta fase.

Agradeço ao corpo docente do IRI e da USP, por todo o conhecimento, auxílio e disposição de ensinar que tiveram, desde quando eu assisti a algumas aulas como ouvinte até os momentos finais do curso. Ao corpo de funcionários do IRI também, pela ajuda que prestaram, pelo tanto de informação que providenciaram, e pela amizade que ofereceram.

Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, por ter financiado este trabalho e ter permitido que eu pudesse me dedicar de forma exclusiva a ele.

E agradeço enfim à minha orientadora Daniela, que me indicou os melhores caminhos, me deu as melhores sugestões e ideias, e me deu imenso suporte para essa conclusão. Sua orientação foi imprescindível para mim e para este trabalho, e eu sou profundamente grato por todo seu esforço, apoio, paciência e mentoria.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar o sucesso da política externa brasileira em promover o desenvolvimento econômico do país mediante a captação de investimento externo direto. O trabalho recupera a história da política externa brasileira, demonstrando como ela tem o interesse de promover o desenvolvimento do Brasil, e recupera a história econômica brasileira, a fim de demonstrar como nos últimos trinta anos a compreensão de desenvolvimento se transformou no objetivo de angariar investimentos externos no país, com vistas a promover avanços técnicos, integração nas cadeias internacionais de produção, e autonomia política e econômica. O trabalho infere desta forma que a intenção da política externa brasileira a partir de 1995 é a atração de recursos internacionais para investimento no Brasil, e que houve políticas específicas tomadas por líderes desde então, que visam este objetivo. Finalmente, o trabalho analisa, com modelagens de vetor autorregressivo (VAR) e de vetor de autocorreção (VEC), se os esforços de política externa do Brasil tiveram impacto mensurável na entrada de investimento externo direto. O uso destes modelos de séries temporais autorregressivos múltiplos permite a observação do impacto da política externa isolada dos efeitos causados por políticas macroeconômicas que também foram tomadas durante o período. Ao final da análise, este trabalho conclui que a formulação da política externa brasileira tem impacto relevante, e que a boa aplicação de recursos diplomáticos pode resultar em maiores fluxos de investimento externo direto no Brasil.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Política Econômica. Investimento externo direto. VAR. VEC.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how successful the Brazilian foreign policy was in promoting economic development by raising foreign direct investments to Brazil. This analysis retreads the Brazilian foreign policy history, demonstrating how it was used with the intention of promoting national development, and recounts the Brazilian economic policy history, explaining how, in the last thirty years, the focus of economic development became the attraction of foreign direct investment to the country, as means to promote technical advancements, economic integration within the global value chains, and the economic and political autonomy for Brazil. This work therefore infers that the goal of the Brazilian foreign policy since 1995 was to attract foreign resources for investments in the country, and that specific policies were enacted by leaders since then, to accomplish this result. Finally, this work analyzes, by means of vector autoregression model (VAR) and vector error-correction model (VEC), if such efforts of foreign policy had measurable effects in the influx of foreign direct investments. Using such multiple autoregressive quantitative models allow us to observe the impact of foreign policies isolated from the effects caused by macroeconomic policies that were also enacted at this period. This work then concludes that enacting the right foreign policies has relevant impacts, and that good application of diplomatic resources can result in larger influxes of foreign direct investment in Brazil.

Keywords: Brazilian foreign policy. Economic policy. Foreign direct investment. VAR. VEC.

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

1.1. Introdução

1.1.1. O desenvolvimento no Brasil

A historiografia brasileira é repleta de grandes pensadores e acadêmicos que se voltam para a análise da condição econômica e social do país, *vis-à-vis* as condições de nações alhures, de modo a tentar compreender o motivo de o Brasil não ter se tornado tão rico e próspero quanto outras nações no globo. O atraso desenvolvimentista é motivo de análise frequente, porque é uma das características nacionais mais notáveis para o pensador de olhar crítico, que tenta entender o país com o objetivo otimista de ultimamente melhorá-lo.

Desse modo, mesmo aqueles que comumente associamos ao início do pensamento crítico do Brasil – o sociólogo Gilberto Freyre, o antropólogo Sérgio Buarque de Hollanda, e o historiador Caio Prado Júnior - escreveram ainda na década de 1930 obras fundamentais sobre a sociedade brasileira, cujos fins eram entender as adversidades de um país que não era tão desenvolvido quanto suas contrapartes internacionais. Caio Prado Júnior, ao analisar a trajetória econômica brasileira em sua principal obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, discorria sobre a “atonía econômica” de então, que “alarmava qualquer observador de nossas coisas” (PRADO JR, 2000). Prado Jr eventualmente estipula que o motivo da ausência de dinamismo econômico no país se deu pelas características da formação brasileira, particularmente a sua colonização europeia – o seu *sentido da colonização*.

O economista Celso Furtado, posteriormente, aprofunda essa abordagem de nosso atraso desenvolvimentista¹, discorrendo sobre as decisões políticas e econômicas historicamente tomadas pelo Brasil que impediram um desenvolvimento industrial e econômico mais pleno, relegando nossa economia ao atraso relativo (FURTADO, 2007). Posteriormente, Furtado se torna uma figura decisiva para o desenvolvimento econômico do Brasil, ao se tornar um dos expoentes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), grupo que postulou um mecanismo de desenvolvimento econômico

¹ Durante todo este trabalho, o autor se referirá a *desenvolvimento* exclusivamente como *desenvolvimento econômico*. O autor reconhece de antemão que não tem a necessária bagagem para discorrer satisfatoriamente sobre as demais dimensões do desenvolvimento de uma sociedade contemporânea.

regional com vias de diminuir o intervalo econômico entre os países da América Latina e Caribe com os da América Anglo-Saxônica e da Europa Ocidental.

O debate acadêmico brasileiro no entorno do desenvolvimento econômico permaneceu, com diversos outros pensadores e autores escrevendo sobre o assunto, bem como suas causas e consequências. O economista Carlos Langoni, por exemplo, utiliza dados socioeconômicos disponíveis no Censo de 1970 do IBGE para analisar a distribuição de renda no Brasil e apontar quais são as principais causas da desigualdade (LANGONI, 1973), enquanto o sociólogo Fernando Henrique Cardoso olha para as dinâmicas internacionais de poder e busca explicar como as relações entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento – o Brasil sendo membro integrante desta última – desfavorecem as nações não-desenvolvidas, relegando-as continuamente ao papel de submissas (CARDOSO, 1972).

Mesmo campos que lidam indiretamente com a economia analisam a relação do desenvolvimento circunscrito nele com outras áreas do saber. O impacto educacional é o cerne da discussão de Barros *et al.* para a compreensão do déficit no desenvolvimento econômico no Brasil (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002). Os autores concluem, por exemplo, que a desigualdade educacional é uma força motriz para a desigualdade socioeconômica no Brasil, e sugerem a proposição de um novo paradigma para o ensino nacional que cubra o enorme intervalo presente no país, de modo a estimular a diminuição da desigualdade e promover o desenvolvimento.

Há, assim, uma notória preocupação da academia brasileira com o desenvolvimento econômico da nação. Áreas tão distintas como Economia, Sociologia, Urbanismo e Geografia contêm diversos trabalhos que investigam a problemática do desenvolvimento brasileiro, e ações possíveis a serem tomadas nestas condições. O campo das Relações Internacionais não poderia ser diferente, especialmente em se considerar que a origem deste campo advém da relação existente entre as nações, e as vantagens e as desvantagens oriundas das comparações entre elas. Qual é, então, a relação do campo da diplomacia e da política externa com a variável de desenvolvimento nacional?

1.1.2. A Política Externa Brasileira e o desenvolvimento econômico

O Brasil tem uma sólida tradição institucional na diplomacia internacional desde, virtualmente, sua fundação (CHEIBUB, 1985). Na temática da Política Externa Brasileira

(PEB) há incidências de estudos sobre o papel do desenvolvimento do nosso país, até mesmo para uma perspectiva de projeção internacional de poder, uma das peças-chave do pensamento das Relações Internacionais. Mesmo com as constantes mudanças políticas internas do país – que durante o século 20 teve episódios recorrentes de ditaduras e regimes democráticos – os governos federais se empenharam em usar a Política Externa Brasileira para promover o crescimento econômico e a captação de investimentos e de tecnologias produtivas estrangeiras. Paulo Fagundes Visentini, por exemplo, discorre que a relação do Brasil com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era a de tentar se posicionar como um aliado estratégico da potência norte-americana, com vistas a conseguir apoio econômico para o desenvolvimento industrial nacional (VISENTINI, 2004, p. 136). Durante a Guerra Fria (1946-1989), por outro lado, havia a intenção de expandir o escopo diplomático do Brasil e ingressar em discussões com os vizinhos da comunidade latino-americana, além de países da África e da Ásia, a fim de diversificar as parcerias do país com as nações do mundo e ampliar as possibilidades de desenvolver o Brasil – foi durante o governo Costa e Silva, por exemplo, que o governo brasileiro formaliza sua condição de país não-alinhado. A autonomia internacional do Brasil era necessária para diminuir a dependência dos Estados Unidos e para conseguir mais oportunidades de desenvolvimento econômico mediante apoio internacional (VISENTINI, 2004, p. 148).

O fim da Guerra Fria muda novamente o paradigma internacional, com o rearranjo das grandes potências mundiais e com os novos ímpetus diplomáticos e políticos. Conforme veremos com mais detalhes no Capítulo 2, durante os anos 1990 houve intensa pressão por reformas econômicas nos países mais periféricos do mundo, e as economias mais desenvolvidas ofereciam capital e conhecimento técnico para auxiliar estes países em crises a superá-las – caso, por exemplo, do Brasil, cujas reformas econômicas na década de 1990 tiveram inspiração no Consenso de Washington (GIAMBIAGI; ALMEIDA, 2003). Com este novo contexto internacional de maior cooperação em um ambiente pós-Guerra Fria, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia², escreveu sobre a importância da política externa brasileira e quais eram os novos paradigmas a serem considerados. Para o diplomata, um mundo cada vez mais dinâmico, integrado e globalizado invalidava a antiga estratégia de buscar a

² Ministro de Relações Exteriores do Brasil entre janeiro de 1995 e janeiro de 2001.

autossuficiência internacional³, e estaria em vez disso forçando o Brasil a buscar uma inserção maior no âmbito global, de modo a “conseguir do intercâmbio externo elementos úteis à realização da meta prioritária do desenvolvimento, tanto em sua dimensão econômica e social, como em áreas como direitos humanos, políticas públicas e meio ambiente” (LAMPREIA, 1998, p. 10). Neste sentido, Lampreia resume a política externa do governo, do qual ele participa, como sendo a **autonomia pela integração** – o Brasil buscaria ser um agente muito mais participativo de uma ordem internacional cada vez mais integrada e complexa, a fim de se aproveitar melhor das oportunidades, e de ter maior voz nas decisões importantes do sistema internacional. A participação em acordos internacionais, a maior integração econômica e política, a disponibilidade cada vez maior de novos mercados consumidores e de novas fronteiras de negócios e de investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, de transporte *etc.* Isto é, o Brasil teria mais a ganhar participando ativamente deste ímpeto de integração internacional do que se mantendo alheio a ele.

A politóloga Maria Regina Soares de Lima aprofunda o contexto da publicação de Lampreia, explanando que sempre houve um grande viés desenvolvimentista na formação de nossa política externa, e o motivo, segundo ela, seria porque as elites nacionais enxergam a ausência do desenvolvimento brasileiro como sua maior vulnerabilidade, algo que impediria o Brasil de ser mais independente em relação às inseguranças oriundas do estrangeiro (LIMA, 2005). Para essas elites, o Brasil é um país incomumente desprovido de ameaças estrangeiras, haja visto que todos os nossos vizinhos mantêm relações pacíficas conosco há pelo menos um século e meio, e a maior potência global próxima a nós, os Estados Unidos, não é encarada como uma ameaça imediata. Nestas condições, as principais restrições à projeção internacional de poder é o fato de que o Brasil tem uma notória deficiência econômica. Assim, resume a autora,

“Sendo as principais vulnerabilidades, na visão das elites, de natureza econômica, a política externa sempre teve um forte componente desenvolvimentista. Na verdade, esta última tem sido considerada como um dos principais instrumentos para propósitos de desenvolvimento.” (LIMA, 2005)

³ Durante distintas fases da Guerra Fria, houve no Brasil a intenção de se distanciar da disputa ideológica entre as superpotências mundiais, mantendo, em vez disso, uma relação de distanciamento, pragmatismo e de autonomia, sem depender fortemente do bloco americano ou do bloco soviético. Durante o governo Quadros-Goulart (1961-1964), esta lógica foi chamada de Política Externa Independente. Para os militares, chamou-se de Diplomacia da Prosperidade (MANZUR, 2014; VIZENTINI, 1999).

1.1.3. A Política Externa Brasileira e o investimento externo direto

A mudança institucional do Brasil nos anos 1990, que veremos com mais detalhe no Capítulo 2, teve como uma de suas consequências a abertura política e econômica do país para a interação com elementos estrangeiros. Isso resultou no maior dinamismo comercial – em 1991, por exemplo, o comércio externo brasileiro representava 16,6% do nosso PIB total; em 2018, o valor representado era de 29,4% (BANCO MUNDIAL, 2020).

Esta abertura permitiu, por sua vez, um fluxo maior de capitais internacionais para o país. O aumento deste fluxo, a princípio buscando novas fronteiras de recursos materiais e de mão-de-obra pouco custosa, passou a crescer também por interesse das empresas de cativar um novo mercado consumidor e de tentar capitalizar economias em crescimento (CHRISTIANSEN; BERTRAND, 2004). De vital importância, neste campo de intersecção entre política externa e política econômica, é a conta de investimento externo direto (IED), que mede o investimento realizado por um investidor de um país em um outro país estrangeiro – usualmente o controle de uma empresa local por um empresário ou uma empresa estrangeira. Investimentos internacionais sempre foram práticas comuns entre países desenvolvidos, mas houve um grande aumento no fluxo de investimento externo direto a partir dos anos 1990, em especial nos países em desenvolvimento, que perdurou por décadas, à medida em que estes países amadureceram suas instituições internas, desenvolveram suas economias e passaram a oferecer melhores prospectos financeiros, econômicos e políticos (CEPAL, 1998; CHRISTIANSEN; BERTRAND, 2004).

Para políticos e especialistas, a melhor maneira de conseguir suporte econômico internacional para desenvolver o país internamente se daria por captação de IED. A CEPAL evidenciou, por exemplo, a importância dos investimentos internacionais nos países em desenvolvimento, e como eles eram fundamentais para a integração econômica desses países com o mundo desenvolvido, dentro do processo de globalização (CEPAL, 1998)⁴. Dentre os países em desenvolvimento, houve uma importante clivagem entre

⁴ O informe da CEPAL esclarece que embora o IED seja um elemento central dessa relação internacional dos anos 1990, ele não era o único, havendo dinâmicas semelhantes de transferência de recursos relativos a tecnologia, empresas multinacionais, alianças estratégicas e cadeias de produção (CEPAL, 1998, p. 13). O IED é o mais visível, todavia, por conta de sua ampla disponibilidade estatística.

aqueles que tinham condições de participar da integração econômica internacional e, portanto, teriam mais facilidade de captar recursos e se desenvolver, e os que se manteriam “do lado de fora” desta dinâmica, podendo em última instância até serem marginalizados neste processo de integração internacional (LALL, 2002, p. 129). O Brasil, por exemplo, teve importantes proponentes deste raciocínio de captação de recursos internacionais, como Gustavo Franco⁵, que defendia a introdução de reformas macroeconômicas para atrair companhias multinacionais (FRANCO, 1998), Pedro Malan⁶, que defendeu um poder público dinâmico e preparado para conseguir investimentos (tanto nacionais quanto externos) que permitiriam a liberação dos “espíritos animais” (MALAN, 1991), e até mesmo o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que escreveu, já nos últimos anos de seu mandato, sobre a importância de atrair capital internacional e do efeito deste em reformular a base produtiva nacional (CARDOSO, 2001). Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores no mandato de Lula da Silva, também reivindicaria a importância de investimentos produtivos oriundos do exterior como importantes para o desenvolvimento da economia brasileira (AMORIM, 2003).

1.2. Problemática

A PEB tem, desta forma, um objetivo definido há décadas, pouco alterado durante o século 20, mesmo durante diferentes governos. Conforme vimos, desde o governo de Vargas (1930-1945), passando pelos militares (1964-1985) e pela redemocratização, a diplomacia foi um instrumento usado pelo governo e pelas elites sociais do Brasil para fazer do país mais rico, próspero e desenvolvido, a fim de que ele se tornasse mais influente e menos frágil internacionalmente. É possível sustentar que para diversos setores nacionais, a relação do Brasil com forças estrangeiras deve ser usada para a obtenção e a propagação de recursos materiais e técnicos capaz de prover o desenvolvimento econômico nacional.

A mudança paradigmática mundial que aconteceu no começo da década de 1990 alterou os incentivos dos formuladores de políticas públicas, entretanto, e houve o interesse, nas três décadas seguintes, de se impulsionar o desenvolvimento econômico

⁵ Gustavo Franco foi presidente do Banco Central do Brasil entre 1997 e 1999.

⁶ Pedro Sampaio Malan foi Ministro da Fazenda entre 1995 e 2002.

mediante a entrada de recursos internacionais, por conta da percepção de que investimentos externos direto no país eram produtivos, benéficos e desejáveis. Conforme veremos com maior detalhe no Capítulo 2, houve esforços dos governantes deste período em implementar políticas para este fim, tanto no âmbito econômico (reformas macroeconômicas, adoções de políticas fiscais, monetárias e cambiais, melhorias do ambiente jurídico e institucional *etc.*) quanto no âmbito diplomático (inserção internacional, participação em blocos econômicos, aumento do corpo diplomático brasileiro *etc.*).

Oras, se a captação de investimento produtivo é um dos objetivos centrais da política de Estado nos últimos trinta anos, é salutar que estudemos os desdobramentos da política externa mantida pelos governos brasileiros, e a comparemos com a trajetória econômica na mesma época, para que possamos encontrar algum tipo de correlação entre elas. Posto de outro modo, este trabalho deseja investigar se a política externa exercida pelo Brasil a partir de meados da década de 1990 teve êxito em melhorar a captação brasileira de recursos internacionais, nomeadamente os investimentos externos diretos, no contexto da conjuntura econômica brasileira.

Para tanto, torna-se imperativo compreender quais são os impactos econômicos que podem ser mensurados como consequências diretas das ações em política externa – uma tarefa particularmente complicada, tendo sido discutida à exaustão por economistas e politólogos envolvidos em áreas diversas, como Economia Política e Teoria do Crescimento⁷.

A relação entre o IED e o desenvolvimento econômico, por exemplo, é aprofundada durante esse período, por conta da importância que esta modalidade de investimento adquire no fim do século 20 e começo do século 21. Mello argumenta, por exemplo, que o IED é causa para o crescimento econômico de longo prazo, à medida em que cria um ambiente de transferência de conhecimento, por um lado, e proporciona a acumulação de capital com tecnologias mais avançadas, por outro (DE MELLO, 1999). Velde, ao compilar estudos de IED em um âmbito mais histórico, contemporiza que embora não possamos assumir que investimentos externos sejam cem por cento positivos, eles

⁷ Strange (1988), por exemplo, estuda a complexa relação entre mercados e estados, e quais são as possibilidades de relações entre eles, a fim de compreender qual é o impacto que o mercado causa no estado, e vice-versa. Cardoso (1972) faz a mesma análise, mas sob a ótica da Ciência Política, postulando quais as atitudes que um país como o Brasil pode tomar a fim de buscar um patamar de desenvolvimento maior, dadas as condições subjacentes do sistema internacional.

definitivamente não são negativos – uma correlação positiva entre IED e crescimento econômico deve existir, assim sendo (VELDE, 2006, p. 25).

Além do óbvio benefício econômico relativo ao estudo do investimento externo direto na nossa análise, ele ainda tem um outro benefício em relação ao nosso interesse em analisar o âmbito das relações internacionais: pela sua própria definição, o investimento externo direto é uma conta de transferência de capital entre duas nações, o que lhe confere um inequívoco *status* de variável internacional, podendo ser influenciada não só por aspectos econômicos, mas também por variáveis de políticas específicas – em particular, de política externa. Velde resume as determinantes principais do fluxo interno de IED em um país (VELDE, 2006, p. 9):

- Fatores políticos gerais (estabilidade política, privatizações);
- Políticas específicas de IED (incentivos, requerimentos de performance, promoção de investimentos, comércio internacional e tratados de investimentos);
- Fatores macroeconômicos (recursos humanos, infraestrutura, tamanho de mercado e crescimento);
- Fatores específicos de empresas (tecnologia, p.ex.).

A hipótese central deste trabalho se desenvolve em cima deste argumento de Velde – se políticas específicas de IED têm a capacidade de atrair maiores investimentos no país, então uma política externa mais engajada em buscar oportunidades de investimento internacional deve, *coeteris paribus*, causar mais aportes de investimento externo direto.

Desde o Plano Real, técnicos e políticos envolvidos com os diversos mandatos do governo federal do Brasil agiram para buscar capital estrangeiro e angariar oportunidades de investimento externo dentro do país. Embora houvesse certa reticência em relação à importância do IED, contemporizando-o com a necessidade de reformas do sistema econômico mundial (CARDOSO, 2001), por exemplo, é notório que formuladores da política externa brasileira trabalharam para aumentar a inserção do Brasil no âmbito internacional a fim de, entre outros objetivos, conseguir convencer investidores estrangeiros a depositar capitais no país.

De modo que o problema central desta dissertação é a análise do sucesso destes esforços de captação de investimentos internacionais, mediante os trabalhos realizados pela política externa brasileira. **Há uma relação entre a política externa do Brasil e a**

entrada de investimento externo direto? Dito de outra forma, investir em políticas de diplomacia internacional proporcionou retornos econômicos mensuráveis?

O trabalho se proporá, neste sentido, a realizar uma análise de métodos quantitativos de séries temporais, analisando a entrada de investimento externo direto no Brasil entre os meses de janeiro de 1995 e dezembro de 2018, e estudando suas variações temporais a fim de entender se elas podem ser consequências de flutuações políticas. Para tanto, também analisaremos flutuações macroeconômicas e de PEB que possam ser determinantes para a nossa variável estudada, de influxo de IED. A metodologia específica deste trabalho será discutida no Capítulo 3. O corte temporal explicitado acima foi escolhido pelas seguintes circunstâncias:

- Conforme veremos com mais detalhe no Capítulo 2, o Plano Real de 1994 tem função decisiva na estabilização da economia, bem como de diversos índices socioeconômicos, fazendo com que muitas análises sejam severamente distorcidas caso comparemos números de 1995 e além com anos anteriores a 1994;
- 2018 representa o último ano de mandato de Michel Temer, e o autor optou por não analisar o mandato ainda corrente de Jair Bolsonaro por conta da contemporaneidade das políticas do governo dele, e da maior dificuldade em analisar os impactos mais longevos delas.

O trabalho presente se divide em quatro capítulos. Este introdutório elenca a motivação de pesquisa e apresenta a problemática – a pergunta que deseja ser respondida. No Capítulo 2, este trabalho se propõe a mostrar uma revisão literária sobre a política externa brasileira, a trajetória macroeconômica e o investimento externo direto. Seguente a este levantamento, o Capítulo 3 prosseguirá com a análise pormenorizada da pergunta central do trabalho, elencando as variáveis econômicas e políticas que podem causar flutuações no fluxo de IED para o Brasil, e analisá-las sob a ótica da modelagem econométrica de séries temporais. Finalmente, no Capítulo 4 apresentaremos a conclusão do trabalho, com uma breve discussão sobre os resultados obtidos e seus possíveis desdobramentos.

4. CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou analisar se a PEB teve sucesso ao buscar a atração de investimento externo direto no Brasil, e encontramos uma importante relação existente entre ambos, o que nos permite definir que há impacto mensurável. Conforme discutimos, desde as reformas dos anos 1990 o Brasil alterou seu paradigma econômico, abrindo sua economia e facilitando seu ambiente institucional para a entrada de capitais oriundos do estrangeiro a fim de promover o desenvolvimento econômico nacional. Formadores de políticas públicas e cientistas daquela época concordavam que o IED em um país em desenvolvimento, como o Brasil, ajudá-lo-ia a acelerar o desenvolvimento dos seus setores produtivos, a aumentar a produtividade da mão-de-obra e a integrar melhor a economia brasileira nas cadeias globais de produção. Foi com este propósito que estímulos econômicos foram criados pelo Brasil, e que a estabilidade macroeconômica foi mantida, apesar das crises internacionais e dos problemas políticos internos.

Também por conta dessa compreensão da importância do IED que os presidentes brasileiros, juntos de seus ministros de Relações Exteriores e de seus corpos diplomáticos, praticaram a maior exposição do Brasil ao ambiente internacional, participando de mais acordos políticos e econômicos, realizando cooperações internacionais e missões diplomáticas, e diversificando os blocos e as alianças do país. O governo brasileiro sempre se preocupou em usar a política externa e o ambiente internacional como força motriz para promover desenvolvimento interno, embora com diferentes estratégias ao longo do tempo, e a ampla disponibilidade de capital internacional a partir dos anos 1990, combinada com o novo momento econômico interno, fez a captação internacional de recursos para o desenvolvimento da economia local ser o novo paradigma nacional.

Com este objetivo e este pano de fundo em mente, a entrada de IED no Brasil foi analisada, bem como um conjunto de variáveis macroeconômicas, que são frequentemente consideradas como determinantes do investimento estrangeiro no país, e um conjunto de variáveis diplomáticas, que nos auxiliariam a compreender as mudanças da PEB neste sentido. Valendo-se da análise econométrica de séries temporais, este trabalho analisou sete diferentes modelos estatísticos, com combinações das variáveis estudadas, para entender qual é a relação entre a política externa brasileira e a entrada internacional de recursos no país.

A análise nos permite concluir que há uma relação direta e mensurável entre a diplomacia brasileira praticada entre 1995 e 2018 e o influxo de investimento

internacional. Os modelos indicam que a relação é positiva, corroborando a teoria econômica e de política externa por trás da decisão dos políticos, e também mensurável, permitindo saber inclusive qual é o tamanho do impacto de uma mudança de política externa, a depender dos fatores que são analisados em conjunto.

O trabalho indica, desta forma, que há respaldo empírico em perseguir uma política externa voltada para a captação de recursos internacionais, pois seu impacto pode ser tão decisivo quanto a adesão às políticas econômicas com o mesmo fim. Em que se pese as características peculiares do sistema internacional e a situação econômica local, promover políticas que reforcem a imagem do Brasil de bom destino para investimentos estrangeiros teve sucesso. Mesmo alterando os modelos para levar em conta o peso de combinações diferentes de variáveis diplomáticas, a inclusão delas levou a uma relação de curto prazo positiva entre PEB e entrada de IED.

Para evitar a maior complexidade dos modelos, e para simplificar a análise dos resultados obtidos, esta análise não estudou políticas específicas da diplomacia para a promoção do IED, optando em vez disso por estudar a PEB de forma agregada. Futuros estudos podem tentar compreender se estas políticas surtiram resultados mensuráveis, e se existem melhores formas para os governantes redistribuírem seus recursos diplomáticos a fim de que eles tenham melhores resultados.

Esta dissertação também optou por realizar análises com dados mensais, o que impossibilitou a utilização de variáveis que poderiam ser importantes para este trabalho, mas que não estavam disponíveis no formato necessário. Trabalhos que desejam explorar este relacionamento podem usar outra periodicidade de dados, a fim de poder considerar impactos causados por outras importantes variáveis nacionais e internacionais.

Por fim, este trabalho se circunscreveu aos 24 anos que transcorreram entre 1995 e 2018, por conta da combinação de fatores econômicos, políticos e institucionais que permitiram a existência de uma estabilidade no país para a adesão a essas políticas e seus efeitos posteriores. Mas certos dados estavam disponíveis em intervalos menores, o que empobreceu nossa análise ao diminuir o número de observações e o horizonte de longo prazo. Futuros trabalhos podem se beneficiar da existência de registros mais constantes para verificar possíveis novos impactos durante o tempo.

5. BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Introdução.**

Aids: como o Brasil derrotou os EUA. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20010626/aids-como-brasil-derrotou-eua/23043>>. Acesso em: 28 set. 2020.

ALMEIDA, S. F. C. DE. **Campeões nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.** [s.l.] Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

AMORIM, C. **Discurso de Posse - Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/166-celso-amorim>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AMORIM, C. **Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m11_u8_09052014-17-20-00-9.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A Crise Brasileira de 1998/1999 - Origens e Conseqüências.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf>.

BABB, S. The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory and likely successor. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 268–297, 2012.

BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação. In: **Belíndia 2.0: Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 135–175.

BANCO MUNDIAL. **No Title.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?view=chart>>.

BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.].

BELANDRIA, M. T. **El socialismo del siglo XXI se toma Mercosur**. Disponível em: <<https://www.analisislatino.com/opinion/?id=5751>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos lula e dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31–38, set. 2013.

BRIDI, S.; GREENWALD, G. **Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BURGES, S. W. Brazil as a bridge between old and new powers? **International Affairs**, v. 89, n. 3, p. 577–594, 1 maio 2013.

CARDOSO, F. H. Dependency and Development in Latin America. In: ROBERTS, J. T.; HITE, A. (Eds.). **From modernization to globalization; perspectives on development and social change**. [s.l.] Blackwell, 1972. p. 169–178.

CARDOSO, F. H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, p. 5–12, 2001.

CARVALHO, L. **Governo Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CASTRO, A. B. DE. **From semi-stagnation to growth in a sino-centric market****Brazilian Journal of Political Economy**. [s.l: s.n.].

CEPAL. **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - informe 1997**. Santiago: [s.n.].

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 113–131, 1985.

CHRISTIANSEN, H.; BERTRAND, A. **Trends and recent developments in foreign direct investment**. [s.l: s.n.].

COHEN, B. J. **The Macrofoundation of Monetary Power**. Fiesole: [s.n.].

Disponível em: <<http://www.iue.it/RSCAS/Publications/>>.

CORNETET, J. M. C. **Diplomacia Econômica Brasileira De 2003 a 2018**. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CORRÊA, L. F. DE S. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. H. N. DE (Eds.). . **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1p. 512–546.

DE MELLO, L. R. Foreign direct investment-led growth: evidence from time series and panel data. **Oxford Economic Papers**, v. 51, p. 133–151, 1999.

DELFIM NETTO, A. **Tragédia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2013/05/1274979-tragedia.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DENISIA, V. Foreign Direct Investment Theories: An Overview of the Main FDI Theories. **European Journal of Interdisciplinary Studies**, n. 02, p. 53–59, 2010.

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series with a Unit Root. **Journal of the American Statistical Association**, v. 74, n. 366a, p. 427–431, jun. 1979.

DUIGNAN, B. **Great Recession**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/great-recession>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

EIRÓ, F. O Programa Bolsa Família e os pobres “não merecedores”: poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13, p. 65–70, 2017.

ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. Co-Integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing. **Econometrica**, v. 55, n. 2, p. 251–276, 1987.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: Um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 31–55, mar. 2011.

FRANCO, G. H. DE B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, p. 121–147, 1998.

FRANCO, N. **Aprovação de mudanças nas leis trabalhistas dividem opiniões**.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/aprovacao-de-mudancas-nas-leis-trabalhistas-divide-opinioes>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FRANCOIS, J. F.; VAN MEIJL, H.; VAN TONGEREN, F. Trade liberalization in the Doha Development Round. **Economic Policy**, n. 42, p. 349–391, 2005.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Eds.). . **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011a. p. 165–195.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a Ruptura - o Governo Lula. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Eds.). . **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011b. p. 197–237.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P. R. **Morte do Consenso de Washington? Os rumores a esses respeito parecem muito exagerados**. Rio de Janeiro: [s.n.].

GONÇALVES, R. **Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91300/1/661597164.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

HAINES, A. E. F.; FERRARI-FILHO, F.; NEYRA, H. The consequences of the international financial crisis and the great recession in Argentina and Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 68–85, 2020.

HALL, A. From Fome Zero to Bolsa Família: Social policies and poverty alleviation under Lula. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n. 4, p. 689–709, 2006.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S. DE; PINHEIRO, L. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, p. 21–41, dez. 2010.

HOSSEINI, H. An economic theory of FDI: A behavioral economics and historical approach. **Journal of Socio-Economics**, v. 34, n. 4, p. 528–541, 2005.

HYMAN, G. F. **Foreign Policy and Development: Structure, Process, Policy, and the Drip-by-Drip Erosion of USAID**. Washington DC: [s.n.].

HYMER, S. H. **The international operations of national firms, a study of Direct Foreign Investment**. [s.l.] Massachusetts Institute of Technology, 1960.

JERONIMO, J. **Levy sob fogo cruzado**. Disponível em: <https://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO>. Acesso em: 2 dez. 2020.

JOHANSEN, S. Estimation and Hypothesis Testing of Cointegration Vectors in Gaussian Vector Autoregressive Models. **Econometrica**, v. 59, n. 6, p. 1551–1580, 1991.

JOHANSEN, S. A Statistical Analysis of Cointegration for I(2) Variables. **Econometric Theory**, v. 11, n. 1, p. 25–59, 1995.

KEOHANE, R. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n. 2, p. 291–310, 1969.

LAFER, C. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, v. 14, p. 260–267, 2000.

LALL, S. **Globalização e Desenvolvimento: Perspectivas para as Nações Emergentes**. Rio de Janeiro: [s.n.].

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5–17, 1998.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expansão e Cultura, 1973.

LIMA, M. R. S. DE. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24–59, 2005.

LIMA, K. **Dilma é a “mãe do PAC”, diz Lula em morro do Rio**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-em-morro-do-rio,136437>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

LÜTKEPOHL, H. **New Introduction to Multiple Time Series Analysis**. [s.l.: s.n.].

MAITRA, S. **Time-series Analysis with VAR & VECM: Statistical approach**. Disponível em: <<https://towardsdatascience.com/vector-autoregressions-vector-error-correction-multivariate-model-a69daf6ab618>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MALAN, P. S. Uma crítica ao Consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 3, p. 5–12, 1991.

MANZUR, T. M. P. G. A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, v. 93, p. 169–199, 2014.

MATTOS, L. B. DE; CASSUCE, F. C. DA C.; CAMPOS, A. C. Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 39–60, 2007.

MAXWELL, S. **How do development and foreign policy connect?** London: [s.n.]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/development/body/press-forum/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: PÚBLICAS, C. DE D. E P. (Ed.). **Sob a Luz do Sol**. São Paulo ed. [s.l: s.n.]. p. 3–14.

MORO, O. F. D. et al. O Investimento Estrangeiro Direto (IED) e seus determinantes: uma análise para a economia brasileira no período 1995-2016 a partir de um modelo VEC. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 2, p. 55–71, 2020.

MOTA, C. V. **Ipea: cada R\$ gasto com Bolsa Família adiciona R\$1,78 ao PIB**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/10/15/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib.ghtml>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MUNGIOLI, R. P. **O desenvolvimentismo possível? Política de campeões nacionais e a inserção internacional do Brasil em inícios do século XXI**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

NONNEMBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. DE. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p. 631–655, 2005.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: Diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avancados**, v. 31, n. 89, p. 75–88, 2017.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O Novo-Desenvolvimentismo e seus Críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 167–179, 2016.

PERES, S. C.; YAMADA, T. H. Determinantes Do Investimento Estrangeiro Direto No Brasil: Uma Aplicação Do Modelo De Vetores Autorregressivos (Var) No Período 1980-2010. **Economia e Desenvolvimento**, v. 26, n. 2, p. 1–20, 2014.

PERRONE DE MIRANDA, S. A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126–138, 30 set. 2019.

PIRES, J. M.; GALHARDO, A. F. Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 26, n. 1(47), p. 197–215, 2015.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1949.

RAFAT, M. The interactive relationship between economic growth and foreign direct investments (FDI): A VAR analysis in Iran. **Iranian Economic Review**, v. 22, n. 1, p. 163–185, 2018.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. **161ª Reunião - agosto de 2011**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/31082011>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

REUTEMANN, M. **El papel de las ideas en el regionalismo: la agenda de MERCOSUL durante los gobiernos de Mauricio Macri y Michel Temer (2015-2017)**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, out. 2018.

RICARDO, J. G. DA S. O giro da economia nos governos Lula, Dilma e Temer: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto. **Revista Estação Científica**, v. 19, p. 1–15, 2018.

RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 87, p. 35–58, 2010.

RIGGIROZZI, P. Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. **New Political Economy**, v. 17, n. 4, p. 421–443, 2011.

ROBERTO DE ALMEIDA, P. Never Before Seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 160–177, 2010.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23–47, out. 1999.

SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 45–52, 2010.

SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, p. 025–035, dez. 2014.

SHAKYA, S. **Exact process to do ADF Unit Root Test**. Disponível em: <<https://shishirshakya.blogspot.com/2015/11/exact-process-to-do-adf-unit-root-test.html>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

SHAN, J. A VAR approach to the economics of FDI in China. **Applied Economics**, v. 34, n. 7, p. 885–893, 2002.

SHISKIN, J.; YOUNG, A. H.; MUSGRAVE, J. C. **The X-11 variant of the Census Method II seasonal adjustment program**. Washington, D.C.: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.census.gov/ts/papers/ShiskinYoungMusgrave1967.pdf>>.

SILVA, Á. V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23, 4 abr. 2019.

SILVA, A. L. R. DA. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, p. 20–34, 2012.

SILVA, A. L. R. DA; PÉREZ, J. O. Lula, Dilma, and Temer The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, 2019.

SILVEIRA, E. M. C. DA; SAMSONESCU, J. A. D.; TRICHES, D. Los determinantes de la inversión extranjera directa en el Brasil: Análisis empírico del período

2001-2013. **Revista de la CEPAL**, n. 121, p. 185–199, 7 nov. 2017.

SILVEIRA, R. DE C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SIMONSEN, M. H. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, p. 15–30, 1985.

SIMS, C. A. Macroeconomics and Reality. **Econometrica**, v. 48, n. 1, p. 1, jan. 1980.

SPOHR, A. P.; SILVA, A. L. R. DA. Foreign Policy's Role in Promoting Development: the Brazilian and Turkish Cases. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 157–178, 2017.

STRANGE, S. **States and Markets**. 2. ed. London: Continuum, 1988.

TOMZ, M. International Finance. In: **Handbook of International Relations**. 2nd. ed. [s.l.] SAGE, 2013. p. 692–713.

TREVINO, L. J.; THOMAS, D. E.; CULLEN, J. The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process. **International Business Review**, v. 17, n. 1, p. 118–133, 2008.

VARGAS, J. A. C. **Campanha Permanente: A construção do substrato normativo da bosca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. [s.l.: s.n.].

VELDE, D. W. TE. **Foreign Direct Investment and Development - An historical perspective**. [s.l.: s.n.].

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31–61, nov. 2003.

VISENTINI, G. F. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. [s.l.] Editora UFRGS, 2004.

VISENTINI, P. F. South-South cooperation, prestige diplomacy or “soft

imperialism”? Lula’s government Brazil-Africa relations. **Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 65–84, 2010.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 134–154, 1999.

VOLPE, R. **EC 95 - Novo Regime Fiscal**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <[https://portal.tcu.gov.br/data/files/42/A2/FA/FE/BCEDF510F0C95CE52A2818A8/EC95 - Novo Regime Fiscal - As diversas interpretações.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/42/A2/FA/FE/BCEDF510F0C95CE52A2818A8/EC95-NovoRegimeFiscal-Asdiversasinterpretações.pdf)>.

WIJEWEERA, A.; MOUNTER, S. A VAR Analysis on the Determinants of FDI Inflows: The Case of Sri Lanka. **Applied Econometrics and International Development**, v. 8, n. 1, p. 189–198, 2008.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: **Latin American Adjustment: How Much has Happened?** Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, J. Democracy and the “Washington Consensus”. **World Development**, v. 21, n. 8, p. 1329–1336, 1993.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. **Law and Business Review of the Americas**, v. 15, p. 7–23, 2009.